

A SOJA COMO AGENTE DINAMIZADOR PARA DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DA REGIÃO GEOECONÔMICA 1

Meri Lourdes Bezzi

(Coordenadora, Prof^a. Dr^a. Depto. de Geociências-NERA/CCNE-Universidade Federal de Santa Maria/RS-Brasil/E-mail: meri@oslo.ccne.ufsm.br)

Helena Brum Netto

(Colaboradora, Mestranda em Geografia/UFSM – RS-Brasil/Bolsista CAPES. E-mail: southelen@bol.com.br)

Roberto Barboza Castanho

(Colaborador, Doutorando em Geografia/UFU – MG/Participante do NERA/UFSM-RS-Brasil/Bolsista CAPES/E-mail: robertocastanho1@hotmail.com)

Roberto Cassol

(Colaborador, Prof. Dr. Depto. de Geociências/CCNE/UFSM-RS-Brasil/Participante do NERA/E-mail: rcassol@smail.ufsm.br)

Eunice Piccin

(Colaborador, Graduanda em Geografia/UFSM–RS-Brasil. E-mail: eunice.piccin@bol.com.br)

INTRODUÇÃO

O capital permite que as regiões se organizem e se reorganizem mediante sua inserção, a qual ocorre de forma desigual de acordo com as solicitações do mercado nas diversas escalas: local, nacional e internacional e que, conseqüentemente, são responsáveis pelos arranjos econômicos que permitem a inserção de novas cadeias produtivas. Estas, por sua vez, não devem ser entendidas como fixas, uma vez que o espaço tem uma característica eminente que é a sua dinâmica.

Neste sentido, este estudo tem como foco central analisar a inserção da soja na região geoeconômica 1, cuja matriz tradicional, baseada na pecuária bovina e na rizicultura tem, nesta nova cadeia produtiva, uma perspectiva de desenvolvimento local e regional. A soja, por sua vez, desafia a presença secular da pecuária e do arroz, configurando subdivisões na região geoeconômica 1, bem como impulsiona uma nova dinâmica territorial, distinta daquela que sempre caracterizou esta porção do espaço rio-grandense, ou seja, a herança pastoril.

Além da soja, tem-se, nesta sub-região, a recente presença da fruticultura e do florestamento, como novas formas de tornar este espaço regional produtivo e diversificado. São atividades recentes, mas que demonstram o reordenamento espacial que esta região geoeconômica tem experimentado procurando se

adequar aos níveis de desenvolvimento exigidos pelo atual sistema econômico e, assim, evitar a estagnação em face da dinâmica das outras regiões geoeconômicas que compõe o Rio Grande do Sul.

A localização da sub-região 1A na Metade Sul do Estado gaúcho pressupõe certa estagnação, em virtude do passado essencialmente pastoril em grandes propriedades, cuja função social da terra não era cumprida em virtude do subaproveitamento da mesma. A partir do momento em que a agricultura se inseriu neste recorte espacial, via processo de despecuarização espacial, houve um reordenamento produtivo do mesmo, embora a estrutura fundiária permaneça baseada na grande propriedade.

A inserção do arroz e, posteriormente da soja, permitiram, de certa forma, mudar este quadro, trazendo novas perspectivas para o setor primário, base da economia desta sub-região, bem como da economia gaúcha de modo geral. Constitui-se de medidas que visam, basicamente, minimizar a problemática da Metade Sul, com incentivos a produção agrícola, via financiamento, implantação de novas atividades que proporcionem a diversificação da produção, como a fruticultura e o florestamento.

No que diz respeito as grandes propriedades, estas tem procurado se adequar ao sistema econômico, mas sem alterações na posse da terra, ou seja, permitem sua utilização através do arrendamento e, assim, garantem a sua funcionalidade. Tal estratégia, proporciona uma relativa proteção das propriedades no que se refere às pressões exercidas pelos movimentos sociais de luta pela terra. Portanto, garantem a permanência do latifúndio, ou seja, a forma permanece somente é alterada a função.

Neste contexto, pode-se inferir que a configuração socioespacial da sub-região 1A tem passado por importantes transformações e, pela primeira vez, com possibilidades de alterar estruturas seculares arraigadas na identidade cultural que caracteriza a Campanha gaúcha. Tais transformações têm sua inserção marcada pela presença efetiva do capital, caso do florestamento, oriundo de grandes grupos nacionais e multinacionais. Pode-se dizer, então, que o capital surge como o principal agente responsável pelas mudanças na sub-região 1A e, capaz de alterar a organização produtiva deste recorte espacial.

A sub-região 1A constitui-se, portanto, numa porção da região geoeconômicas 1 em processo de reestruturação a partir da diversificação da produção até então baseada essencialmente na pecuária extensiva, com intuito de dinamizá-la e torná-la mais produtiva, alicerçando o crescimento socioeconômico da população, com vistas para o desenvolvimento local e regional.

METODOLOGIA

A operacionalização dos dados para a realização desta pesquisa esteve, num primeiro momento, atrelada a um amplo levantamento bibliográfico, para estabelecer o referencial teórico, procurando aprofundar o marco teórico e metodológico da pesquisa, através de bibliografias específicas sobre a temática abordada. Neste sentido, utilizou-se de conceitos básicos como região e regionalização, desenvolvimento regional e

organização do espaço. Além disso, resgatou-se questões relativas às bases físico-naturais do território gaúcho e ao processo de povoamento e ocupação do Rio Grande do Sul, o qual engloba a imigração e identidade cultural. E, procurando aprofundar mais a base teórica, procurou-se em bibliografias

específicas informações a respeito dos municípios que compõe a sub-região 1A, bem como dados nas próprias unidades territoriais.

A regionalização do território gaúcho e, a conseqüente individualização da região geoeconômica 1, com suas sub-regiões, considerou a heterogeneidade espacial, ou seja, a presença desigual do capital no setor primário, o qual constitui a base da sua economia. O enfoque principal considerou fatores como a estrutura fundiária, áreas com potencial industrial representativo, áreas com disponibilidade e outras com falta de mão-de-obra, áreas com potencial turístico, áreas privilegiadas pela presença da malha viária, áreas com a presença de novas cadeias produtivas como a fruticultura e o florestamento, que buscam dinamizar, justamente, a Metade Sul do Rio Grande do Sul, onde se localiza a região geoeconômica 1 e, suas sub-regiões.

O laboratório de estudo desta pesquisa constituiu-se nos 496 municípios que compõe o Rio Grande do Sul, sendo que a região geoeconômica 1 compõe-se de 110 municípios e, a sub-região 1A de 25 municípios. Para cada unidade territorial foram coletadas informações referentes às variáveis que se faziam presentes na mesma, sendo este o critério determinante para subsidiar o agrupamento dos municípios e, a posterior formação da região geoeconômica. Salienta-se que na escolha das variáveis que caracterizam o município, o critério estabelecido foi o de maior área plantada, sendo este, portanto, o elemento que levou a individualizar o recorte espacial. Em algumas regiões geoeconômicas houve a presença significativa de alguns produtos, distintos da matriz tradicional, como no caso da sub-região 1A, a presença das lavouras de soja. Tal situação originou subdivisões nas regiões estabelecidas, marcadas pela coexistência da matriz tradicional com novos atores econômicos.

Como variáveis selecionou-se, para a agricultura a área plantada (ha), quantidade produzida (toneladas) e o rendimento médio (kg/ha). No que se refere à pecuária considerou-se o maior número de cabeças por municípios de bovinos, suínos e aves. Além disso, procurou-se demonstrar, em cada região geoeconômica, as áreas com maiores e menores rendimentos médios para cada produto dominante. Isto permitiu verificar que as unidades territoriais mais produtivas são aquelas que aliam as potencialidades físico-naturais ao investimento tecnológico.

Definidas as variáveis, delineou-se a parte prática da pesquisa. A investigação baseou-se em fontes primárias realizadas através do trabalho de campo (entrevistas) junto aos municípios, aferindo as variáveis referentes a temática em estudo. Paralelamente, utilizou-se de fontes secundárias através de dados estatísticos fornecidos pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período de 2003/2004/2005, Secretaria de Planejamento dos Municípios, Secretaria de Agricultura dos Municípios, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e demais órgãos estaduais e municipais.

A partir desses dados estruturou-se um banco de dados referente aos principais produtos primários que alicerçam a economia do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, da região geoeconômica 1. Ressalta-se que os dados coletados foram tabulados em planilhas previamente elaboradas no software

Word, possibilitando posteriormente, sua inserção no software Arc View GIS 3.2a. Este possibilitou agregar os dados que foram a base para as etapas de análise, interpretação e espacialização dos mesmos. Paralelamente, foram sendo gerados os recortes espaciais para a formação das regiões geoeconômicas gaúchas e, suas sub-regiões.

Considerando a regionalização proposta realizou-se a interpretação e análise das regiões geoeconômicas individualizadas. Cada região foi interpretada e analisada através de uma visão sistêmica, a qual procurou inter-relacionar os aspectos físico-naturais, socioeconômicos, políticos e culturais. Esta interação subsidiou a releitura do espaço gaúcho, demonstrando que a dinâmica territorial tem, no capital, seu principal agente econômico transformador.

RESULTADOS

A sub-região 1A é composta pelas unidades territoriais: Garruchos, São Borja, Itacurubi, Maçambará, Unistalda, Santiago, Itaqui, Manoel Viana, São Francisco de Assis, Nova Esperança do Sul, Alegrete, Cacequi, Rosário do Sul, São Gabriel, Santa Margarida do Sul, Dom Pedrito, Lavras do Sul, Vila Nova do Sul, São Sepé, Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Encruzilhada do Sul, Cachoeira do Sul. (Figura 1).

Este recorte espacial caracteriza-se pela coexistência da pecuária de corte, do arroz e da soja, predominando a pecuária de corte e o arroz. No entanto, a soja apresenta-se como uma cultura significativa em área plantada nas vinte e cinco unidades territoriais que compõem esta sub-região.

A presença da soja acompanhou inicialmente o processo de modernização da agricultura no Estado gaúcho. Embora, predomine na região 7, a sub-região 1A pode ser considerada uma área de transição do tradicional binômio pecuário-arroz para o trinômio pecuária-soja-trigo.

Além disso, a disponibilidade de extensas áreas, que caracterizam os latifúndios da Metade Sul, mostraram-se favoráveis à incorporação, via arrendamento, da cultura da soja. Esta expansão ocorreu em um primeiro momento, de forma mais significativa em alguns municípios, nos quais as potencialidades físicas que permitiam a introdução da modernização. A exemplo disso, citam-se, as unidades territoriais São Borja, Santiago, Itaqui, entre outros, acompanhando parte o recorte espacial da região 7, a qual é caracterizada pela presença do trinômio pecuária-soja-trigo. A partir desses municípios, a soja expandiu-se em direção sul do estado, inserindo-se na tradicional região da pecuária e do arroz, responsável pela individualização espacial que recortou a sub-região 1A.

Salienta-se, que um dos fatores predominantes da presença da agricultura em áreas tradicionais da pecuária foram às políticas de financiamento, voltadas ao setor primário, estabelecidas pelos governos estadual e federal. Estas serviram de atração para que os agricultores vindos, sobretudo, do norte do

Estado, desenvolvessem essa atividade mantendo a concentração da terra uma vez que a mesma foi viabilizada principalmente através do arrendamento das terras.

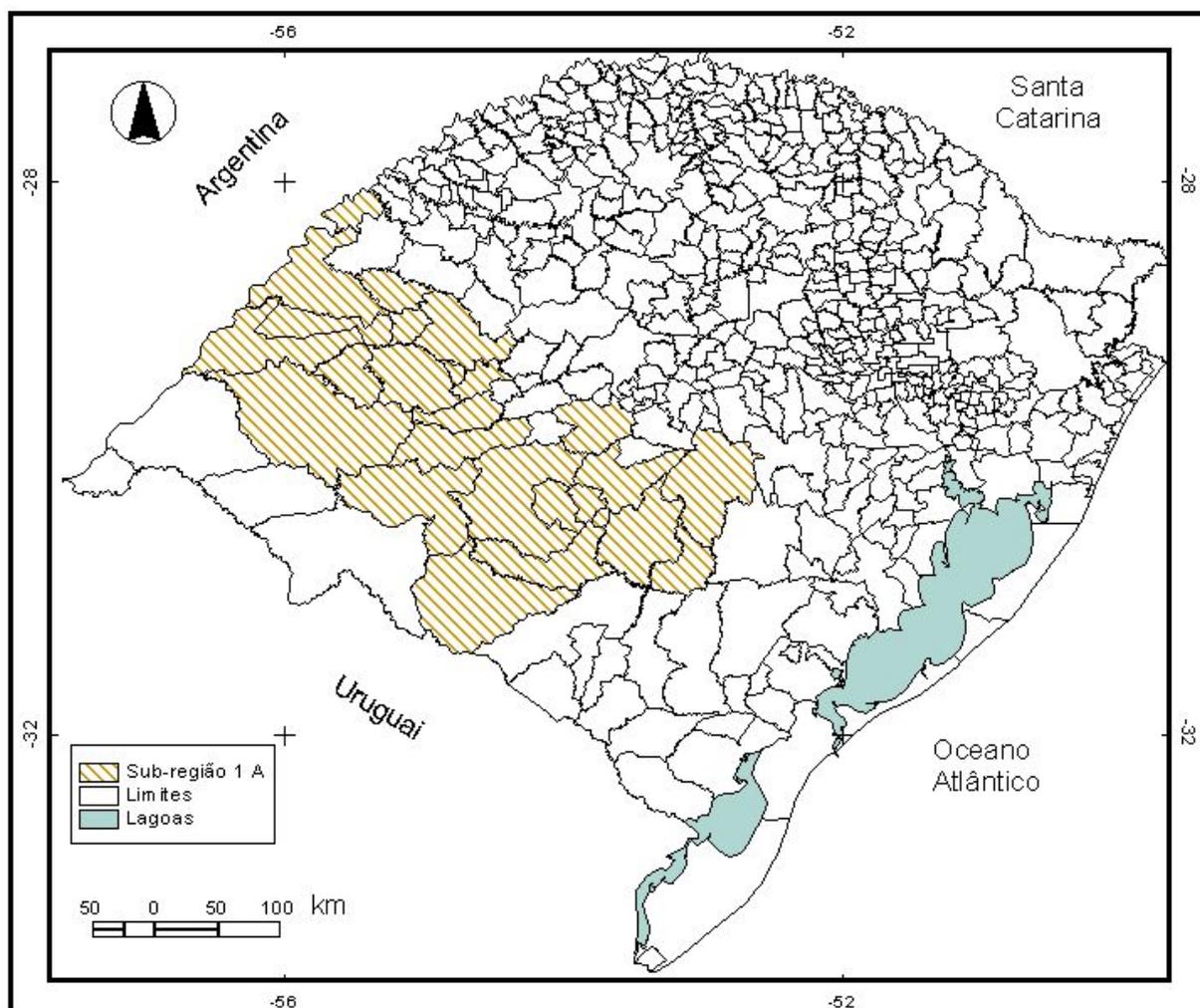


Figura 1: Sub-região Geoeconômica 1A. – Pecuária, Arroz e Soja.
Fonte: Elaboração a partir do software ArcView 3.2a.
Org.: Equipe técnica – NERA/2005.

Atualmente, a cultura da soja mostra-se expressiva, principalmente, nos municípios de Maçambará, São Vicente do Sul, Rosário do Sul, São Gabriel, Santa Margarida do Sul, Lavras do Sul, Vila Nova do Sul, São Sepé, Caçapava do Sul e Cachoeira do Sul, desenvolvida através de significativo suporte tecnológico com o uso de tecnologias representadas pela intensa mecanização, insumos agrícolas e, mais recentemente, pela soja transgênica. (Figura 2).

O rendimento médio da soja na sub-região 1A é de 1.620 kg/ha, sendo que os mais altos índices encontram-se nos municípios de Manoel Viana (3.480 kg/ha), Santa Maria (2.760 kg/ha), Nova Esperança do Sul (2.700 kg/ha), Itaqui (2.600 kg/ha), São Francisco de Assis (2.580 kg/ha), Cachoeira do Sul (2.400 kg/ha), Santiago (2.400 kg/ha), Santa Margarina do Sul (2.280 kg/ha), Santana da Boa Vista (2.100 kg/ha) e Caçapava do Sul (2.100 kg/ha). (IBGE, 2005).

Salienta-se que, em sua maioria, estes municípios situam-se na porção norte desta sub-região, na fronteira com a região 7, nas proximidades do Rebordo do Planalto da Bacia do Paraná, beneficiando-se da fertilidade natural dos solos oriundos desta unidade de relevo, salvo as exceções como Cachoeira do Sul, Santa Margarida do Sul (na Depressão Central), Santana da Boa Vista e Caçapava do Sul (Escudo Sul-Rio-Grandense).



Figura 2: Colheita da Cultura da Soja na Região Geoeconômica 1A
Fonte: Schmitt, 2005.



Foto 3: Cultura da Soja na Região Geoeconômica 1A
Fonte: Schmitt, 2005.

As lavouras de soja com maiores rendimentos encontram-se nos municípios de Lavras do Sul (1.100 kg/ha), Dom Pedrito (1.600 kg/ha), Dilermando de Aguiar (1.800 kg/ha) e Jaguari (1.920 kg/ha), os quais localizam-se na porção centro-sul da sub-região 1A. (IBGE, 2005).

Pode-se inferir que a expansão da soja, nos municípios desta sub-região, é demonstrada pelo significativo aumento da área plantada, superando, muitas vezes, a área destinada à produção de arroz (produto tradicional), tornando-se a principal cultura, juntamente com a pecuária, dessas unidades territoriais.

Desse modo, as maiores áreas plantadas destinadas a soja situam-se em São Borja (50.000 ha), Cachoeira do Sul (27.000 ha), São Gabriel (20.000 ha), Itaqui (19.000 ha) São Sepé (17.000 ha), Maçambará (16.000 ha), São Francisco de Assis (16.000 ha), Garruchos (16.000 ha), Manoel Viana (13.000 ha) e Santiago (12.000). (IBGE, 2005). Portanto, são municípios que abrangem grandes extensões territoriais, no noroeste da sub-região 1A, onde as lavouras de soja se desenvolvem em grandes propriedades.

Já, na porção centro-sul desta sub-região concentra-se os municípios com maiores áreas plantadas destinadas as lavouras de soja, com destaque para Santana da Boa Vista (580 ha), Vila Nova do Sul (150 ha), Caçapava do Sul (2.000 ha), Alegrete (2.500 ha), Lavras do Sul (2.500 ha), São Vicente do Sul (2.500 ha), Cacequi (3.000 ha), Jaguari (3.000 ha) e Nova Esperança do Sul (3.300). (IBGE, 2005).

Neste sentido, a soja coexiste com a matriz produtiva tradicional da região geoeconômica 1, composta pelo arroz e pecuária, constituindo-se numa atividade dinamizadora da economia dos municípios que compõe a sub-região 1A, principalmente, na porção centro-norte.

Esta configuração do espaço produtivo demonstra a dinâmica que apresenta o mesmo, via transição geoeconômica entre as regiões propostas nesta pesquisa. Portanto, a construção do espaço segue uma lógica que não permite cortes bruscos, demonstrando a efetiva integração entre as partes que compõe o todo. Neste sentido, os recortes espaciais apresentam áreas de transição para atender a inserção gradativa das novas culturas, que vão aos poucos “formando” regiões.

No que se refere à orizicultura, esta atividade econômica desenvolveu-se nesta porção do espaço gaúcho via processo de despecuarização espacial, com o arrendamento de terras para o plantio de arroz, principalmente, a partir da década de 20.

O suporte para sua expansão esteve alicerçado no crescente incentivo dado a esta atividade por alguns órgãos como INCRA, EMATER, EMBRAPA e o próprio Governo do Estado via Secretarias Municipais de Agricultura. Além disso, não alterou as bases latifundiárias, pois somente arrendava em épocas de plantio, permanecendo o caráter concentrador da terra. Tal situação, não encontrou resistência por parte dos grandes proprietários, pois tornava os campos rentáveis e produtivos ao mesmo tempo, fazendo com que não dependessem diretamente da safra. Assim, sua renda está ligada ao “aluguel” da terra, independentemente de qualquer fator que interfira, seja natural ou econômico.

Embora este segmento produtivo tenha enfrentado algumas crises, principalmente, ligadas à questão de financiamento, natural (quebra de safra) em decorrência das condições de tempo e a concorrência com a importação do arroz (MERCOSUL), a área produtiva destinada a esta lavoura tem tido um crescimento ao longo do tempo. Este crescimento deve-se, basicamente, ao investimento em tecnologias que visam aumentar o rendimento médio do arroz para proporcionar melhores resultados a cada safra e, conseqüentemente, o lucro com a produção.

Atualmente, o rendimento médio do arroz na sub-região 1A é de 5.408 kg/ha e é tida como tradicional, com destaque para Manoel Viana (5.650 kg/ha), Santa Margarida do Sul (5.400 kg/ha), Dom Pedrito (5.300 kg/ha), Santana da Boa Vista (5.300 kg/ha), Maçambará (5.220 kg/ha), Itaqui (4.746 kg/ha), São Gabriel (4.718 kg/ha) e São Borja (5.000 kg/ha). (IBGE, 2005).

Já, os maiores rendimentos são encontrados em Santiago (1.500 kg/ha), São Francisco de Assis (3.250 kg/ha), Itacurubi (3.800 kg/ha), Jaguari (3.804 kg/ha), São Vicente do Sul (3.919 kg/ha) e Caçapava do Sul (4.000 kg/ha). (IBGE, 2005). Desse modo, a porção oeste da sub-região 1A compreende os maiores índices de rendimento da produção de arroz, beneficiados pelo investimento em tecnologias que tornam rentável esta atividade econômica.

O arroz constituiu-se na primeira lavoura empresarial a se desenvolver em áreas tradicionais da pecuária gaúcha, tendo sua inserção marcada pelo processo de modernização da agricultura, que garantiu maiores rendimentos à produção agrícola e, conseqüentemente, o aumento da área plantada no Estado.

É importante ressaltar que, novos atores econômicos estão sendo gradativamente, inseridos nos municípios que compõem a sub-região 1A, como a fruticultura e o florestamento.

A fruticultura tem surgido como uma alternativa de desenvolver a Metade Sul do Estado gaúcho e, também, diversificar a produção primária. Aliaram-se a iniciativa privada aos incentivos governamentais, principalmente, através do Programa Estadual de Fruticultura (PROFRUTA), procurando incentivar o aumento desta lavoura permanente. Além disso, a produção de frutas visa reverter o quadro de importação de frutas e, recuperar a capacidade produtiva, criando novos pólos fruticultores. Tem destaque a produção

de laranja, tangerina, pêssigo, uva e figo, predominando a produção de cítricos, em pequenas e médias propriedades.

O florestamento configura-se como outra atividade que visa dinamizar a econômica existente nesta sub-região¹ uma vez que constitui-se numa estratégia econômica que vem se consolidando através do plantio de pinus e eucaliptos. O plantio será financiado por grandes grupos ligados a produção de celulose, como o Grupo Votorantin-Celulose e Papel (nacional) e a Stora-Enso, indústria sueco-finlandesa de papel.

Salienta-se que, o Grupo Votorantin já instalado nas imediações de Bagé, vêm plantando eucaliptos para garantir a demanda da empresa que visa a exportação. No que se refere a Stora-Enso, esta irá investir a partir de 2006, em programas de reflorestamento em oito municípios desta Sub-região: Alegrete, Rosário, Cacequi, Unistalda, Santiago, São Francisco de Assis, Manoel Viana e Maçambará. Este Grupo visa investir em outros municípios como: Uruguaiana e Itaqui. A escolha do Rio Grande do Sul para estes novos empreendimentos se justifica pelas favoráveis condições florestais e pela produção gaúcha permitir o corte de eucalipto em sete anos, enquanto em alguns países do hemisfério norte, é feita em setenta anos. (zero hora, 2005)

Além disso, destaca-se que através de estudos realizados pela empresa Stora-Enso na América Latina, o Rio Grande do Sul, apresentou as condições competitivas ideais como: área disponível, qualidade do solo, logística, disponibilidade de mão-de-obra e boas possibilidades para o plantio de eucalipto ou pinus, que originam, respectivamente, à celulose de fibra curta e longa.

As indústrias para beneficiamento da celulose, provavelmente serão instaladas próximas às unidades de base florestal, obedecendo aos seguintes critérios: infra-estrutura de transporte, curso d'água de grande vazão e proximidade com grandes áreas urbanas. Destaca-se na Sub-região 1A, a presença do rio Ibicuí como um importante reservatório d'água para as cidades, nas quais se materializará a produção florestal.

Os investimentos destes grupos ocorrem a partir da aquisição de extensas áreas, desmembradas de grandes propriedades. Pode-se inferir que, tal situação contribuirá para o rompimento das bases tradicionais

de posse da terra, assentadas no monopólio latifundiário nas mãos de poucos proprietários. As extensas dimensões de terras estarão sob o domínio de grandes grupos empresariais. Ressalta-se que as novas atividades que se instalam nesta porção do espaço gaúcho, ainda alimentam uma “mudança com permanência” na estrutura fundiária, visto que permaneceram por estratégias econômicas, a concentração de terras, na medida em que coexistiam a pecuária extensiva realizada em grandes propriedades com o arroz e a soja e, mais recentemente, o florestamento.

¹ As informações relativas ao florestamento neste recorte espacial gaúcho estão baseadas em notícias de jornais de circulação estadual, por tratar-se de um investimento recente no Rio Grande do Sul. No entanto, buscou-se também informações junto as prefeituras municipais e dados do IBGE e FEE.

Entretanto, a iniciativa florestal já despertou a reação da comunidade ambientalista, que adverte para os riscos ambientais que a plantação monocultora de pinus e eucaliptos podem trazer para a região, denominada por muitos como “desertos verdes”. A advertência assenta-se no fato de que a plantação de espécies exóticas e de grande porte pode ser responsável por prejuízos ambientais às reservas hídricas, ao solo, ao clima e a fauna e flora. (WEISSHEIMER, 2005).

Portanto, mesmo diante da discussão sobre a viabilidade ambiental do florestamento nessa área do Estado gaúcho, a tendência é de aumentar as campanhas de incentivo a plantação de pinus e eucaliptos. Um dos objetivos da empresa, Stora Enso, consiste em incentivar os proprietários locais a estabelecerem em suas próprias plantações os produtos florestais, como oportunidade para o uso alternativo de suas terras. Tal situação atesta para o desenvolvimento de mais um tipo de produção primária atrelada aos interesses de grandes empresas no Rio Grande do Sul, pois tais empresas para garantir a compra desses produtos exigirão o cumprimento de pré-requisitos relacionados à forma de produção e ao tipo de produto final desejado, além de fixarem no mercado o preço pago aos produtores.

Assim, inúmeras reportagens da mídia destacam que as florestas vão mudar parte da paisagem da zona de campo de Estado. Os grupos Votorantin e Stora Enso investiram U\$\$ 3 bilhões em projetos que, em dez anos podem gerar receitas anuais de até U\$\$ 350 milhões aos municípios beneficiados e sua área de influência. Serão cerca de um milhão de hectares de eucalipto, pinus e acácia, que em uma década poderão gerar dois mil empregos. (ZERO HORA).

Esta nova cadeia produtiva tem gerado polêmicas. O Estado gaúcho, assiste um momento de ruptura da atividade produtiva tradicional, com a presença de atores econômicos que alteram, não só, a estrutura produtiva local, mas também, a identidade cultural em uma das regiões mais tradicionais do Rio Grande do Sul, na qual se originou as raízes da cultura rio-grandense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a dimensão da região geoeconômica 1 e sua conseqüente sub-divisão em sub-regiões geoeconômicas, fêz-se necessário ressaltar algumas porções deste espaço produtivo rio-grandense, as quais apresentam particularidades quanto aos níveis de desenvolvimento.

A sub-região 1A individualizou-se em função da presença significativa das lavouras de soja, cuja matriz produtiva tradicional está baseada na pecuária extensiva e na orizicultura. Desse modo, esta sub-região apresenta reestruturações no seu espaço produtivo que proporcionam perspectivas reais de desenvolvimento e de diversificação da produção primária. A inserção da soja tem suplantado as áreas destinadas às lavouras de arroz nos municípios que compõe esta sub-região geoeconômica, configurando novas formas às paisagens típicas deste recorte espacial. Além de proporcionarem outro produto para comercialização, distinto da base tradicional.

Justifica-se a presença da soja na porção noroeste da região geoeconômica 1 por ser uma área limítrofe com a região geoeconômica 7, cuja individualização baseou-se nesta cultura, demonstrando que no espaço não há cortes bruscos e, sim, espaços de transição que marcam, em geral, a coexistência de alguns produtos. Além disso, ressalta-se o “novo” incentivo para a cultura da soja via transgênicos, que impulsionaram a comercialização deste produto, garantindo maior produtividade e menores perdas com a produção, tendo como conseqüência maiores rendimentos aos produtores.

Mesmo com a presença efetiva da soja, a sub-região 1A ainda mantém a sua tradição pecuarista, pois é nesta porção da região geoeconômica 1 que se situam os maiores rebanhos bovinos, principalmente na Microrregião Geográfica Campanha Ocidental, Central, Meridional. Também, as lavouras de arroz são bastante significativas em área plantada, marcando a coexistência de três produtos de alicerçam o setor primário rio-grandense.

As novas perspectivas de desenvolvimento para a região geoeconômica 1, além da inserção da soja, do milho e do fumo, tem se materializado através do incentivo a fruticultura e ao florestamento. A fruticultura surge como uma cadeia produtiva mais recente, tendo como principais produtos os cítricos e a uva. A iniciativa do Governo do Estado através do Programa Estadual de Fruticultura (PROFRUTA) tem disponibilizado os recursos financeiros que viabilizaram esta atividade econômica. No entanto, ressalta-se que, enquanto a pecuária, o arroz e a soja desenvolvem-se em grandes propriedades, a fruticultura se faz presente em médias e pequenas propriedades, como uma alternativa de diversificação da produção e, não necessariamente, concorre com a produção primária em larga escala, como a lavoura temporária.

Já o florestamento, tem sua inserção viabilizada pelo capital de grandes grupos nacionais e internacionais, como a Votorantin e a Stora Enso, respectivamente. E, desenvolve-se em grandes propriedades, com uma característica bastante peculiar, ou seja, a aquisição de grandes extensões de terra para

o plantio de pinus e eucalipto. Dessa forma, pode-se dizer que, a iniciativa do florestamento tem acarretado algumas mudanças na estrutura produtiva do centro-oeste gaúcho, no que se refere à atividade predominante, pois cultivo florestal para a produção de papel tem como principal agente transformador da paisagem e das atividades econômicas características deste recorte espacial. Constitui-se em novas frentes de trabalho para a população em geral, tanto nas unidades de base florestal como nas futuras indústrias para o beneficiamento da matéria-prima, gerando novas alternativas buscando aumentar e diversificar renda e divisas para os municípios envolvidos com a atividade florestal nesta sub-região.

Tal situação, demonstra a reestruturação deste recorte espacial, através da coexistência das atividades tradicionais com novas atividades que originaram novas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para uma porção do Estado do Rio Grande do Sul tida, até então, sem viabilidades de se desenvolver em face dos fatores históricos de apropriação deste território, que permitiram a pecuária extensiva predominar ao longo de sua evolução e, barrar a inserção de outras atividades econômicas.

BIBLIOGRAFIA

BACELAR, T. **Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva?** In: Redescobrimo o Brasil – 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 73 – 91.

BEZZI, M.L. **Região:** Uma (re)visão historiográfica – Da gênese aos novos paradigmas. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências, Rio Claro, UNESP, 1996. 377p. (Tese de Doutorado), IGCE/UNESP.

_____. **Região:** Uma (re)visão historiográfica – Da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.

CORRÊA, R. L. **Região:** a tradição Geográfica. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995. 11p. (Inédito)

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Notícias.** Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 anos de economia gaúcha.** Porto Alegre: FEE, v. 3, 1978.

FUNDAÇÃO DE AMPARO AOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Municípios.** Disponível em: <<http://www.famurs.com.br/municipios>>. Acesso em: 02-20 out. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **idades @.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades@>>. Acesso em: 02-20 out. 2005.

_____. **Geociências.** 1997. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/geociencias>>. Acesso em: 15 set. 2005.

PAVIANI, A. Dinâmica regional e os desafios para a regionalização. **Boletim de Geografia Teórica,** Rio Claro, 22 (43-44): 368-374, 1992.

Profruta/RS apresenta balanço positivo ao completar um ano. **A Platéia**, Santana do Livramento, 03 set. 2004. Disponível em: < [http:// www. aplateia.com.br](http://www.aplateia.com.br) >. Acesso em: 10 out. 2005.

RAMBO, S.J.P.B. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UNISINOS, 2000.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRIGUES, A de L. **O processo de reorganização do espaço agrário no município de Rosário do Sul**. 2004. 61 f. Trabalho de Graduação (Geografia-Licenciatura)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. 124p. (Geografia: Teoria e Realidade, Série "Linha de Frente")

SOUZA, M. A. de. "A explosão do território: falência da Região?" **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, 22 (43-44): 393-398, 1992.

VIEIRA, E. F. **Rio Grande do Sul: Geografia Física e Vegetação**. Porto Alegre: Sagra, 1984.

_____; RANGEL, S. S. **Geografia Econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sagra, 1993.

Fruticultura muda a paisagem da Metade Sul. **Zero Hora**, Porto Alegre, 22 out. 2004. Disponível em: [http:// www. zerohora.com.br](http://www.zerohora.com.br)>. Acesso em: 20 out. 2005.